



PLANO DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVEMBRO/2022

1. APRESENTAÇÃO

O exercício da função pública no âmbito da atividade administrativa do Poder Judiciário envolve o contato direto com os mais variados temas do Direito Administrativo, sendo imprescindível para uma atuação diligente e eficiente o constante aprimoramento do conhecimento.

Nesse contexto, é essencial conhecer as demandas da prática jurídica administrativa. Alinhado às exigências atuais, o Programa de Atualização Jurídica em Direito Administrativo tem por escopo abordar os principais aspectos do regime jurídico, com enfoque nas últimas atualizações e posicionamentos adotados no ordenamento jurídico pátrio.

Convém destacar, por relevante e oportuno, que todos os temas abordados no Programa estão em consonância com as diretrizes e exigências do Conselho Nacional de Justiça quanto à capacitação de agentes públicos, atendendo, sobretudo, as determinações constantes nas Resoluções CNJ nº 347/2020 (Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário) e nº 410/2021 (Dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário), consoante apontado nos artigos destacados abaixo:

Resolução CNJ nº 347/2020

Art. 13. Observado o modelo de competência e as disposições constantes do Capítulo IV desta Resolução, os órgãos do Poder Judiciário deverão estabelecer formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.

§ 1º Os gestores que atuam nos instrumentos de governança, tais como o PLS e o



PAC, também deverão ser capacitados.

§ 2º As ações de capacitação contempladas no Plano devem permitir não só o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, como também habilidades e atitudes que são desejáveis ao bom desempenho das funções-chave. (grifos acrescidos)

Resolução CNJ nº 410/2021

(...)

Art. 2º Os órgãos do Poder Judiciário poderão contar com sistemas de integridade, cujos principais objetivos serão a disseminação e a implementação de uma cultura de integridade e a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas.

Parágrafo único. Os sistemas de integridade serão estruturados nos seguintes eixos:

(...)

IV – monitoramento permanente, aprimoramento contínuo e capacitação.

Além disso, as próprias leis que regem as respectivas matérias, objeto do Programa de Atualização, apontam, de forma expressa, a necessidade da promoção de cursos de aprimoramento e atualizações para a adequada aplicação das normativas. À guisa de ilustração, cite-se a previsão expressa nos seguintes diplomas legais transcritos abaixo:

Lei nº 8.429/92 alterada pela Lei nº 14.230/2021

Art. 23-A. É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Lei 14.133/2021

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de

governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

(...)

§ 3º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo observarão o seguinte:

I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis;

Decreto nº 11.129/2022 que regulamenta a Lei nº 12.846/2013

Art. 57. Para fins do disposto no inciso VIII do caput do art. 7º da Lei nº 12.846, de 2013, o programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa, bem como pela destinação de recursos adequados;

II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida;

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

IV - treinamentos e ações de comunicação periódicos sobre o programa de integridade;

Dessa forma, o Programa de Atualização Jurídica em Direito Administrativo abrangerá os



temas centrais que estão em consonância com as normativas e com a prática cotidiana dos agentes públicos que atuam no Poder Judiciário baiano

2. OBJETIVO GERAL

O objetivo do curso é fortalecer o exercício das atribuições através da capacitação de agentes públicos que estejam ligados direta ou indiretamente às seguintes áreas: condução de processos administrativos que tenham por objeto análise tanto de direitos e vantagens de agentes públicos como na área de contratações públicas e gestão de bens públicos.

O escopo principal é habilitar os participantes a buscar as melhores práticas, em observância aos princípios e normas legais, verificando formas de aperfeiçoar os procedimentos usuais e praticá-los, e ainda, instigar o aprofundamento do assunto, sobretudo, colimando evitar prejuízos ao erário público e/ou anulação de atos administrativos em razão da ausência de observância aos procedimentos legais e fluxos processuais adequados.

3. PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos do Poder Judiciário do Estado da Bahia

4. METODOLOGIA

O Programa ocorrerá na modalidade EAD - Educação a distância, considerando momentos síncronos, que podem ser remotos ou presenciais e assíncronos, utilizando-se de metodologias ativas, promovendo a interação e interatividade dos cursistas, com o aporte da plataforma de educação a distância da UNICORP (moodle), para realização de fóruns, atividades discursivas, disponibilização das aulas, materiais de apoio, exercícios de fixação e leituras

complementares.

Cada módulo do curso possui duração máxima de 6 horas, disponibilizada no Ambiente de Ensino do TJBA – UNICORP, como conteúdo para consulta dos discentes, havendo ainda material de apoio, leituras complementares e Fórum de Discussão sobre a temática.

5. CARGA HORÁRIA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Programa completo será composto por 73 horas de vídeoaulas, 27 horas de correspondente a material didático que será composto por um roteiro das aulas, contendo as normativas aplicáveis, doutrina e jurisprudência correlata, além de 5 questões por cada módulo, perfazendo um total de 100 horas de produção de conteúdo, e ainda, 60 horas de tutoria por meio de fórum de discussão, conforme discriminado abaixo:

5.1. VIDEOAULAS:

	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
MÓDULO1	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Docente: André Malheiros	4 horas
BLOCO 1	✓ Conceito ✓ Características	30 min
BLOCO 2	✓ Abuso de poder: excesso de poder e desvio finalidade	30 min
BLOCO 3	✓ Poder Vinculado ✓ Poder Discricionário	30 min
BLOCO 4	✓ Poder Hierárquico	30 min
BLOCO 5	✓ Poder Disciplinar	30 min
BLOCO 6	✓ Poder Regulamentar	30 min
BLOCO 7	✓ Poder de Polícia	30 min
BLOCO 8	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 2	ATOS ADMINISTRATIVOS Docente: André Malheiros	6 horas
BLOCO 1	✓ Conceito de Ato Administrativo	30 min
BLOCO 2	✓ Elementos do Ato Administrativo(Parte I) – Visão geral e sujeito competente	30 min
BLOCO 3	✓ Elementos do Ato Administrativo(Parte II) – Motivo e motivação do ato – Teoria dos motivos determinantes	30 min
BLOCO 4	✓ Elementos do Ato Administrativo (Parte III) – Objeto e Finalidade	30 min

BLOCO 5	✓ Atributos do ato administrativo - Parte I	30 min
BLOCO 6	✓ Atributos do ato administrativo - Parte II	30 min
BLOCO 7	✓ Pressupostos do Ato Administrativo – Parte I	30 min
BLOCO 8	✓ Pressupostos do Ato Administrativo – Parte II	30 min
BLOCO 9	✓ Extinção do ato administrativo – Parte I	30 min
BLOCO 10	✓ Extinção do ato administrativo – Parte II	30 min
BLOCO 11	✓ Extinção do ato administrativo – Parte III	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos Jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 3	PROCESSO ADMINISTRATIVO – PARTE I Docente: Tatiany Ramalho	6 horas
BLOCO 1	✓ Aspectos gerais da Lei Estadual nº 12.209/2011 ✓ Conceito e fundamentos ✓ Modalidades de processo administrativos	30 min
BLOCO 2	✓ Princípios do processo administrativo ✓ Disposições preliminares da Lei Estadual nº 12.209 – principais regras	30 min
BLOCO 3	✓ Direitos e deveres dos administratos ✓ Forma, tempo e lugar dos atos processuais	30 min
BLOCO 4	✓ Prazos processuais ✓ Atos de Comunicação	30 min
BLOCO 5	✓ Instauração do processo ✓ Instrução processual	30 min
BLOCO 6	✓ Atos decisórios ✓ Competências ✓ Impedimentos e suspeições	30 min
BLOCO 7	✓ Sistema de invalidades de atos e de contratos	30 min
BLOCO 8	✓ Validade, invabilidade e convalidação	30 min
BLOCO 9	✓ Nulidade e anulabilidade do ato processual	30 min
BLOCO 10	✓ Modulação temporal da invalidação	30 min
BLOCO 11	✓ Convalidação do ato	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 4	PROCESSO ADMINISTRATIVO – PARTE II Docente: Tatiany Ramalho	06 horas
BLOCO 1	✓ Recursos, reconsideração e revisão – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Recursos, reconsideração e revisão – Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Processo de Reparação de Danos – Parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Processo de Reparação de Danos – Partell	30 min
BLOCO 5	✓ Processo de Reparação de Danos - Parte III	30 min
BLOCO 6	✓ Processo Sancionatório – Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ Processo Sancionatório – Parte II	30 min
BLOCO 8	✓ Processo Sancionatório – Parte III	30 min
BLOCO 9	✓ Processo Seletivo e Concurso Público – Parte I	30 min
BLOCO 10	✓ Processo Seletivo e Concurso Público – Parte II	30 min
BLOCO 11	✓ Processo Seletivo e Concurso Público – Parte III	30 min
BLOCO 12	✓ Prescrição e decadência no processo administrativo: aspectos relevantes	30 min
MÓDULO 5	ASPECTOS CONSTITUCIONAIS RELEVANTES (art. 37 ao 41 da Constituição Federal) Docente: Alexandre Medeiros	06 horas

BLOCO 1	✓ Agentes Públicos – Conceito e classificação	30 min
BLOCO 2	✓ Cargo público – regras gerais, classificação	30 min
BLOCO 3	✓ Direitos e Vantagens constitucionais – Parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Direitos e Vantagens constitucionais – Parte II	30 min
BLOCO 5	✓ Concurso Público	30 min
BLOCO 6	✓ Estabilidade – requisitos	30 min
BLOCO 7	✓ Hipoteses de Perda do Cargo	30 min
BLOCO 8	✓ Outras garantias constitucionais decorrentes da estabilidade	30 min
BLOCO 9	✓ Sistema remuneratório – Parte I	30 min
BLOCO 10	✓ Sistema remuneratório – Parte II	30 min
BLOCO 11	✓ Acumulação – Parte I	30 min
BLOCO 12	✓ Acumulação – Parte II	30 min
MÓDULO 6	SERVIDORES PÚBLICOS - ASPECTOS RELEVANTES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (art. 13 ao art. 17 e art. 32 ao art. 45) Docente: Alexandre Medeiros	02 horas e 30 minutos
BLOCO 1	✓ Regras gerais da Constituição Estadual – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Regras gerais da Constituição Estadual – parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Direito e vantagens constitucionais – parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Direito e vantagens constitucionais – parte II	30 min
BLOCO 5	✓ Direito e vantagens constitucionais – parte III	30 min
MÓDULO 7	ASPECTOS GERAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Docente: Tatiany Ramalho	01 hora e 30 minutos
BLOCO 1	✓ Aspectos gerais do regime próprio de previdência – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Aspectos gerais do regime próprio de previdência – Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Aspectos gerais do regime próprio de previdência – Parte III	30 min
MÓDULO 8	SERVIDORES PÚBLICOS - ASPECTOS RELEVANTES DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (LEI N. 10.845/2007) Docente: Tiago Agres	04 horas
BLOCO 1	✓ Dos deveres dos servidores da Justiça (ART. 262) – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Dos deveres dos servidores da Justiça (ART. 262) – Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Do Regime Disciplinar dos Servidores – Parte I (das sanções disciplinares)	30 min
BLOCO 4	✓ Do Regime Disciplinar dos Servidores – Parte II (da competência do procedimento para imposição das penalidades)	30 min
BLOCO 5	✓ Do Regime Disciplinar dos Servidores – Parte III (Das normas básicas do processo disciplinar)	30 min
BLOCO 6	✓ Processo disciplinar – Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ Processo disciplinar – Parte II	30 min

BLOCO 8	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 9	ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS- LEI ESTADUAL Nº 6.677/94 Docente: Tatiany Ramalho	6 horas
BLOCO 1	✓ Disposições preliminares	30 minutos
BLOCO 2	✓ Provimento e Vacância – parte I	30 minutos
BLOCO 3	✓ Provimento e Vacância – parte II	30 minutos
BLOCO 4	✓ Relotação e remoção	30 minutos
BLOCO 5	✓ Direitos e Vantagens – parte I	30 minutos
BLOCO 6	✓ Direitos e Vantagens – parte II	30 minutos
BLOCO 7	✓ Direitos e Vantagens – parte III	30 minutos
BLOCO 8	✓ Das licenças – parte I	30 minutos
BLOCO 9	✓ Das licenças – parte II	30 minutos
BLOCO 10	✓ Tempo de serviço	30 minutos
BLOCO 11	✓ Dos benefícios	30 minutos
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 minutos
MÓDULO 10	ASPECTOS RELEVANTES DA LEI ANTICORRUPÇÃO – Parte I Docente: Tatiany Ramalho	6 horas
BLOCO 1	✓ Legislação Brasileira Anticorrupção ✓ Contextualização da Lei Anticorrupção	30 min
BLOCO 2	✓ Aspectos introdutórios da Lei 12.846/2013 ✓ Do sujeito passivo dos atos de corrupção	30 min
BLOCO 3	✓ Do sujeito ativo dos atos de corrupção ✓ Da responsabilidade dos dirigentes, administradores e pessoas físicas beneficiárias dos atos de corrupção ✓ Das responsabilidades das sociedades coligadas, controladoras, controlada, coligadas e consorciadas	30 min
BLOCO 4	✓ Dos atos lesivos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil	30 min
BLOCO 5	✓ Análise dos atos lesivos no tocante as contratações públicas	30 min
BLOCO 6	✓ Da responsabilização administrativa: investigação preliminar	30 min
BLOCO 7	✓ Do processo administrativo de Responsabilização (PAR) – Parte I	30 min
BLOCO 8	✓ Do processo administrativo de Responsabilização (PAR) – Parte II	30 min
BLOCO 9	✓ Do processo administrativo de Responsabilização (PAR) – Parte III	30 min
BLOCO 10	✓ Das sanções administrativas – Parte I	30 min
BLOCO 11	✓ Das sanções administrativas – Parte II	30 min

BLOCO 12	✓ Das sanções administrativas – Parte III	30 min
MÓDULO 11	ASPECTOS RELEVANTES DA LEI ANTICORRUPÇÃO – Parte II Docente:Tatiany Ramalho	3 horas
BLOCO 1	✓ Do acordo de leniência – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Do acordo de leniência – Parte I	30 min
BLOCO 3	✓ Do programa de integridade (Dos mecanismos de compliance) – Parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Do programa de integridade (Dos mecanismos de compliance) – Parte I	30 min
BLOCO 5	✓ Do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas e do cadastro nacional de empresas punidas	30 min
BLOCO 6	✓ Impactos da na nova lei de Licitações e contratos na LAC - Parte I	30 min
MÓDULO 12	ASPECTOS GERAIS DO REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Parte I Docente: Tatiany Ramalho	2horas e 30 minutos
BLOCO 1	✓ A nova lei de licitações e contratos – aspectos gerais	30 min
BLOCO 2	✓ Finalidades e Princípios – novos paradigmas	30 min
BLOCO 3	✓ Contratação Direta – Parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Contratação Direta – Parte II	30 min
BLOCO 5	✓ Contratação Direta – Parte III	30 min
MÓDULO 13	Aspectos gerais do regime jurídico das contratações públicas – Parte II Docente:Tiago Agres	6 horas
BLOCO 1	✓ Modalidades – visão geral – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Modalidades – Visão geral – parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Modalidades – visão geral – parte III	30 min
BLOCO 4	✓ Agentes de Contratação e Comissão de Licitação	30 min
BLOCO 5	✓ Aspectos relevantes dos agente de contratação	30 min
BLOCO 6	✓ Aspectos gerais do procedimento licitatório	30 min
BLOCO 7	✓ Fase preparatória	30 min
BLOCO 8	✓ Fase de Julgamento	30 min
BLOCO 9	✓ Fase de Habilitação	30 min
BLOCO 10	✓ Fase Recursal	30 min
BLOCO 11	✓ Fase de Homologação	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 14	DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES Docente: Alexandre Medeiros	1hora e 30 minutos
BLOCO 1	✓ Aspectos gerais dos Procedimentos Auxiliares – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Aspectos Gerais dos Procedimentos Auxiliares – parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Aspectos Gerais dos Procedimentos Auxiliares – parte III	30 min
MÓDULO 15	ASPECTOS GERAIS DO REGIME JURÍDICO DAS	6 horas

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Parte III		
Docente: Tatiany Ramalho		
BLOCO 1	✓ Contratos administrativos - Características	30 min
BLOCO 2	✓ Formalidades dos contratos administrativos	30 min
BLOCO 3	✓ Cláusulas Necessárias	30 min
BLOCO 4	✓ Duração do Contrato	30 min
BLOCO 5	✓ Cláusulas Exorbitantes – Parte I	30 min
BLOCO 6	✓ Cláusulas Exorbitantes – Parte II	30 min
BLOCO 7	✓ Extinção dos Contratos – Parte I	30 min
BLOCO 8	✓ Extinção dos Contratos – Parte II	30 min
BLOCO 9	✓ Penalidades – Parte II	30 min
BLOCO 10	✓ Penalidades – Parte I	30 min
BLOCO 11	✓ Controle das Contratações – Parte I	30 min
BLOCO 12	✓ Controle das Contratações – Parte II	30 min
MÓDULO 16	RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO	6 horas
Docente: Tatiany Ramalho		
BLOCO 1	✓ Da responsabilidade no direito administrativo	30 min
BLOCO 2	✓ Do agente público para fins de responsabilidade	30 min
BLOCO 3	✓ Responsabilidade política	30 min
BLOCO 4	✓ Responsabilidade civil – aspectos gerais	30 min
BLOCO 5	✓ Responsabilidade civil – dano causado ao estado	30 min
BLOCO 6	✓ Responsabilidade civil – dano causado a terceiros	30 min
BLOCO 7	✓ Responsabilidade administrativa – Parte I	30 min
BLOCO 8	✓ Responsabilidade administrativa – Parte II	30 min
BLOCO 9	✓ Responsabilidade Penal – Parte I	30 min
BLOCO 10	✓ Responsabilidade Penal – Parte II	30 min
BLOCO 11	✓ Responsabilidade por ato de improbidade administrativa	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
Total		73 horas

5.2. MATERIAL DIDÁTICO

O material de apoio conterà roteiro da aula, slides da apresentação, legislação pertinente e coletânea de decisões judiciais sobre as temáticas, além de exercícios de fixação com o intuito de aprimorar o conhecimento, contendo, para cada módulo, 5 questões de múltipla escolha (com gabarito anotado) para aplicação prática do conteúdo apresentado. Segue abaixo tabela com carga horária do material a ser produzido por módulo.

MÓDULOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Docente:	CARGA HORÁRIA
1	Poderes da Administração	Mariane Duplat	1h
2	Atos administrativos	Mariane Duplat	1h
3	Processo Administrativo – Parte I	Mariane Duplat	2h
4	Processo Administrativo – Parte II	Mariane Duplat	2h
5	Aspectos constitucionais relevantes (art. 37 ao 41)	Mariane Duplat	2h
6	Servidores Públicos – Aspectos relevantes da Constituição Estadual (art. 13 ao art. 17 e art. 32 ao art. 45)	Mariane Duplat	2h
7	Servidores Públicos - Aspectos Relevantes Da Lei De Organização Judiciária Do Estado Da Bahia (Lei N. 10.845/2007)	Mariane Duplat	3h
8	Estatuto Dos Servidores Públicos Estaduais - Lei Estadual Nº 6.677/94	Mariane Duplat	3h
9	Aspectos relevantes da Lei Anticorrupção – Parte I	Alice Evangelista	1 h
10	Aspectos relevantes da Lei Anticorrupção – Parte II	Alice Evangelista	2 h
11	Aspectos gerais do regime jurídico das contratações públicas – Parte I	Alice Evangelista	2 h
12	Aspectos gerais do regime jurídico das contratações públicas – Parte II	Alice Evangelista	2 h
13	Aspectos gerais do regime jurídico das contratações públicas – Parte III	Alice Evangelista	2h
14	Responsabilidade Do Agente Público	Mariane Duplat	2h
CARGA HORÁRIA TOTAL			27 horas

5.3 FÓRUM DE DISCUSSÃO

A título de método ativo, os cursistas serão integrados aos fóruns de discussão do sistema à distância.

A participação nos fóruns pelos cursistas se dará após avistualização das aulas, e acesso ao material complementar, por meio de discussões provocadas pela intervenção dos tutores, em cada MÓDULO.

Os fóruns serão ministrados pelo Professor José Aras, Desembargador do Tribunal de Justiça, Professor de Direito Administrativo, e autor de diversos livros.

6. CONTEUDISTAS

Tatiany de Brito Ramalho: Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência do Poder Judiciário do



Estado da Bahia. Especialista em Processo Civil, Docência em Ensino Superior e Direito Público. Pos-graduanda em Direito Administrativo e Direito Anticorrupção. Aluna Especial da disciplina “Tópicos especiais em Direito, Cultura e Relações Sociais” do Mestrado em Direito da UFBA. Professora de Graduação e Pós-Graduação em Direito; Instrutora de Cursos de Treinamento e Capacitação para agentes públicos; Professora em Cursos Preparatórios para concursos públicos na Bahia e em Alagoas. Coautora dos livros "Lei Anticorrupção", "Lei 8.112 em questões comentadas" ambos pela Editora Saraiva, além de participação em diversas obras coletivas e publicações em revistas jurídicas. Representante da Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado, na disciplina Direito Administrativo, atuando perante a Fundação Getúlio Vargas nas Bancas Examinadoras do Exame de Ordem Unificado durante os anos de 2015 a 2021. Atuação na área de Direito Público desde 2002.

André Malheiros: Advogado, Parecerista e Professor em Cursos preparatórios para Concursos Públicos e Exame de Ordem. Especialista em Direito Administrativo e Ética Profissional do Servidor Público. Coordenador da pós graduação em Direito Administrativo e Eleitoral da UNIFAN. Membro de ABA Direito Administrativo - Associação Brasileira de advogados Administrativistas. Membro da comissão de Licitações e contratos da OAB. Professor do Supremo concursos, CP Iuris, curso fórum, CEJAS, escola mineira de Direito, tec concursos, da Unicorp - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e da TV JUSTIÇA - STF.

Alexandre Medeiros: advogado, professor de Direito Administrativo em graduação, pós graduação e preparatórios para concursos públicos, especialista em Direito Público, aluno especial do mestrado em Direito. Autor de diversos livros jurídicos, Membro da Diretoria do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/BA (Secretário-Geral).

Tiago José Moraes Agres Carvalho: Advogado. Coordenador de Licitações e Assessor Jurídico. Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública, Especialista em Direito Administrativo e Licitações. Professor de Direito Administrativo em Cursos preparatórios para concurso público e



Exame de Ordem.

Mariane Vasconcelos de Oliveira Duplat: Consultora Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós graduanda em Direito Administrativo. Especialista em Direito Previdenciário, em Lei Geral de Proteção de Dados, Direito Empresarial e Tributário, Direito Constitucional, Direito e Processo do Trabalho.

Alice Freitas de Oliveira Evangelista: Advogada, Pós graduanda em Direito Constitucional e Direitos Humanos.

7. TUTOR

José Aras: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Vice Diretor da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP-TJBA). Pós-graduado em Direito Público. Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Instituto de Direito Administrativo da Bahia - IDAB. Autor de diversas obras jurídicas. Professor de Direito Administrativo. Palestrante.

8. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do Docente será formativo e contínuo por parte do Discente durante todo o curso que deverá observar o nível de participação e desempenho do aluno com base em sua produção na realização das atividades propostas, na promoção das situações estratégicas e operacionais afetas aos debates e ao processo de cumprimento das metas de aprendizagem previamente acordadas e programadas. Também será avaliado através de questões objetivas formuladas ao final de cada módulo.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

Produção de conteúdo: O conteúdo a ser produzido deve ser entregue até 30 dias após o

despacho de autorização do Presidente do TJBA.

Tutoria: Período de até 6 meses, a partir da data de disponibilização do curso.

9. CESSÃO DE DIREITOS

Haverá a cessão de direitos autorais e de imagem e voz ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, CNPJ n. 13.100.722/0001-60, em face das aulas e materiais serem produzidos para a capacitação em tela.

9. INVESTIMENTO

	Nome	Tipo de prestação	Titulação	VI.Hora/aula ¹ (R\$)	Q.horas	Total Valor (R\$)
Externo	Alexandre Medeiros	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	10	R\$3.499,10
Externo	Alice Freitas de Oliveira Evangelista	Conteudista instrucional	Graduação	R\$ 319,04	09	R\$2.871,36
Externo	André Malheiros	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	10	R\$3.499,10
Interno	Mariane Vasconcelos de Oliveira Duplat	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	18	R\$6.298,38
Interno	Tatiany de Brito Ramalho	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	43	R\$15.046,13
Externo	Tiago José Moraes Agres Carvalho	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	10	R\$3.499,10
Interno	José Aras	Tutoria em ação a distância	Especialização	R\$ 216,12	60	R\$ 12.967,20
Total						R\$ 47.680,37

¹ Baseada no grau de formação (graduação, especialização, mestrado, doutorado), dos conteudistas, instrutores(formadores) e tutores, na forma do anexo único da Lei nº 14.040 de 20 de Dezembro de 2018 que instituiu a gratificação poratividade de instrutoria no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Parâmetro de Especialista.